

Diário do Petrópolis, 19 de Março de 2023

## **O Estranho Retorno da Questão do Desenvolvimento**

Por: Ronaldo Fiani

Desde o final do ano passado, o noticiário econômico tem sido dominado pelo debate acerca da carta que os economistas apelidados pela imprensa de “desenvolvimentistas” enviaram ao presidente da república, protestando contra as elevadas taxas de juros patrocinadas pelo Banco Central. Com isto, um termo que estava banido do noticiário econômico voltou à moda: desenvolvimento. Mas voltou de uma forma curiosa, como um “ismo”, sufixo que serve para descrever uma corrente de pensamento: “desenvolvimentismo” quer designar aqueles que defendem o desenvolvimento do país. A preocupação com o desenvolvimento voltou?

Para começar a responder a esta pergunta, é preciso inicialmente situar o debate, para explicar o que está acontecendo. Tudo começou com a proposta de emenda constitucional de transição que aumentou o teto de gastos (PEC da Transição, como foi apelidada pela imprensa e pela classe política), no final do ano passado. Em função desta PEC, um grupo de economistas ortodoxos que incluía Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, Edmar Bacha, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, lançou uma carta ao presidente eleito em 17 de novembro do ano passado.

Em síntese, estes economistas, apelidados de ortodoxos pela imprensa, afirmavam em sua carta que o teto de gastos era essencial para conferir credibilidade interna e externa ao governo brasileiro, sem a qual o crédito externo diminuiria, fazendo o dólar subir, a inflação aumentar (pelo aumento de custo dos produtos importados) e a taxa de juros ter seu patamar elevado pelo Banco Central, para compensar os aplicadores pelo maior risco e pelo aumento da inflação.

Um dia depois veio a resposta dos chamados “economistas desenvolvimentistas”, também em forma de carta ao presidente, assinada pelos economistas José Luis da Costa Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), Luiz Fernando Rodrigues de Paula, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), Kalinka Martins da Silva, professora do Instituto Federal de Goiás (IFG) e Luiz Carlos Garcia de Magalhães do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O argumento dos economistas desenvolvimentistas se baseava na evidência de que o teto de gastos já vinha sendo desrespeitado antes da PEC, no valor expressivo de, aproximadamente 795 bilhões de reais durante os quatro anos anteriores, sem que isso tivesse provocado qualquer reação adversa dos investidores internacionais. Embora concordassem com a necessidade de disciplina fiscal, os economistas desenvolvimentistas argumentavam que a melhor forma de se alcançar este objetivo é pelo corte de subsídios, e não por restrições a gastos sociais.

Ao contrário do que pode parecer, o artigo de hoje não visa a discutir estas posições, que têm provocado intenso debate na imprensa, mas chamar a atenção para um aspecto confuso no debate, até mesmo para os economistas nele

envolvidos. Mesmo o leitor que não estudou economia percebe que o debate acerca do teto de gastos é um debate acerca da melhor forma de administrar a economia brasileira, e que este debate não tem relação com desenvolvimento, apesar de uma parte dos economistas envolvidos se dizer desenvolvimentista. Não se trata, portanto, de um retorno da questão do desenvolvimento.

Desenvolvimento está associado a transformações qualitativas na economia (ou, como os economistas gostam de dizer, mas que significa a mesma coisa, “transformações estruturais” da economia). Em termos mais simples, com o desenvolvimento, a economia muda: a forma como os bens e serviços são produzidos e a maneira pela qual a riqueza que eles geram se distribui entre a população se transformam, ficando mais parecidas com o que acontece nos países mais ricos. As duas cartas (dos economistas ortodoxos e desenvolvimentistas) não tratam de mudanças na economia: apenas debatem qual seria a melhor forma de gerir a economia brasileira atual. Por sinal, em nenhuma das duas cartas aparece a palavra “desenvolvimento”.

Aqui vale uma advertência: os economistas gostam de fugir da questão do desenvolvimento, afirmando como quem diz algo óbvio que discutir a boa gestão da economia é condição indispensável para o desenvolvimento: afinal, nenhum país conseguiria se desenvolver administrando mal sua economia. A repetição desta tese, todavia, possui um efeito muito nocivo: evita que se coloque a questão do desenvolvimento como o tema central em qualquer debate econômico.

Com efeito, qualquer debate importante acerca de política econômica no Brasil tem de ter o desenvolvimento como objetivo fundamental, e não discutir apenas a boa gestão fiscal, ou a preocupação com a política social, até porque em um país pobre as possibilidades de fazer uma boa gestão fiscal, ou de atender a

objetivos sociais serão sempre muito limitadas: se há poucos recursos, é sempre difícil atender qualquer meta. O que se faz é apenas administrar a escassez.

Mas será que a ausência do problema do desenvolvimento dos debates econômicos no país não é consequência do desenvolvimento que o Brasil experimentou nos últimos 50 anos? Talvez não seja mais importante discutir como desenvolver o país, e sim como fazer uma boa gestão econômica. Este será o tema do próximo artigo.

Link para a matéria original:

<https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/ronaldo-fiani-233647>